

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO, AS MODIFICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS

THE ADVANCE OF NEOLIBERALISM, CHANGES IN THE WORLD OF WORK AND THEIR IMPLICATIONS ON THE WORK OF SOCIAL WORKERS

Janaina Borges Soeiro¹
Fernanda Cardoso Brasil²
Ellen Caroline Viegas³

RESUMO

O avanço do neoliberalismo trouxe profundas transformações para o trabalho dos assistentes sociais, reconfigurando o mundo do trabalho e a gerência do Estado. A categoria trabalho, central na análise marxista, enfrenta desafios sob a lógica neoliberal, que promove a flexibilização e precarização das condições de trabalho. No contexto do Serviço Social, essas mudanças impactam diretamente o exercício profissional, exigindo adaptações e a redefinição de práticas e competências. Os assistentes sociais estão agora submetidos a uma nova lógica de atuação, que demanda uma postura crítica frente às políticas sociais e às condições de trabalho impostas pelo neoliberalismo. Este cenário exige dos profissionais uma constante atualização no compromisso ético-político para enfrentar as adversidades e defender os direitos da classe trabalhadora no exercício de sua profissão.

Palavras-chave: neoliberalismo, assistentes sociais e trabalho.

RÉSUMÉ

L'avancée du néolibéralisme a entraîné de profonds changements dans le travail des travailleurs sociaux, reconfigurant le monde du travail et la gestion de l'État. La catégorie du travail, centrale dans l'analyse marxiste, est confrontée aux défis de la logique néolibérale, qui promeut la flexibilisation et la précarisation des conditions de travail. Dans le contexte du travail social, ces changements ont un impact direct sur la pratique professionnelle, nécessitant des adaptations et la redéfinition

¹ Universidade Federal do Pará; Graduanda em Serviço Social; janainasoeiro@gmail.com

² Universidade Federal do Pará; Graduanda em Serviço Social; fernanda.brasil@icsa.ufpa.br

³ Universidade Federal do Pará; Graduanda em Serviço Social; ellen156656@gmail.com

des pratiques et des compétences. Les travailleurs sociaux sont désormais soumis à une nouvelle logique d'action, qui exige une position critique à l'égard des politiques sociales et des conditions de travail imposées par le néolibéralisme. Ce scénario exige des professionnels une mise à jour constante de leur engagement éthique et politique afin de faire face à l'adversité et de défendre les droits de la classe ouvrière dans l'exercice de leur profession.

Mots-Clés: néolibéralisme, travailleurs sociaux et travail.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de discussões realizadas no contexto de sala de aula em turmas vinculadas ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, em específico das disciplinas de gestão e planejamento, processos de trabalhos, seguridade social e seminário temático I sobre as mudanças no mundo do trabalho, os impactos para a classe trabalhadora e o enfoque no assistente social como parte dessa classe. A partir da bibliografia disponibilizada pelos professores foi possível observar a necessidade de reflexões sobre a temática, gerando o processo de criação da escrita desse estudo.

Assim, no contexto atual do mundo do trabalho situado no neoliberalismo é perceptível as dificuldades que os trabalhadores têm sofrido na venda da sua força de trabalho. Nesse cenário o presente texto buscou direcionar a discussão para a atividade precarizada dos assistentes sociais que está ligada tanto às exigências atuais do Estado, principal empregador da categoria, como do desfasamento do orçamento das políticas sociais.

O artigo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e discussões em sala de aula que fomentaram as argumentações baseadas na teoria crítica marxista, objetivando manter as discussões da práxis no ideário neoliberal que a cada dia se aperfeiçoa tentando afogar as intervenções profissionais e por consequência o pensamento crítico, portanto, cotejar mudanças e resistências é o combustível para a permanente luta contra este modo de produção.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A CATEGORIA TRABALHO E ESTADO

O trabalho, em sua dimensão ontológica, é uma ação exclusiva do ser humano. Diferentemente dos outros seres do reino animal, o ser humano possui a capacidade teleológica de projetar seus desejos antes da realização. Essa capacidade o leva a modificar a natureza,

criando instrumentos de trabalho para mediar sua relação com o objeto. O desenvolvimento social e a linguagem articulada permitem a transmissão de conhecimentos e a expressão de opiniões sobre a realidade, viabilizando a interação entre os indivíduos. O trabalho é, portanto, sempre coletivo, transformando não apenas a matéria natural, mas também o próprio ser biológico em ser social. Suas repercussões abrangem todas as esferas da vida humana conforme Netto e Braz (2006).

Na contemporaneidade, o mundo do trabalho, marcado pelo avanço técnico-científico desde os anos 1970, trouxe melhorias significativas, mas também desafios para a classe trabalhadora. A revolução tecnológica impactou não apenas a relação entre homem e natureza, mas também outras áreas do trabalho, tanto concretas quanto abstratas, disse Antunes (2011). O avanço do trabalho morto é de suma importância na contemporaneidade, e já não conseguimos imaginar a vida sem inúmeros maquinários. No entanto, esse aperfeiçoamento culminou, de certa forma, em uma série de questões que trouxeram prejuízos para os trabalhadores, seja na desproteção de seus direitos, seja na precarização de seus afazeres e espaços de trabalho, inclusive para aqueles com qualificação.

O desemprego estrutural é um ponto crucial a ser considerado quando discutimos as máquinas que substituíram o trabalho humano. Além disso, devemos analisar o movimento de desestruturação das leis trabalhistas, conquistadas nas primeiras décadas do século XX e aperfeiçoadas ao longo do século. Alguns autores como Ricardo Antunes comparam as condições de trabalho atuais com as do início da industrialização, notando que o diferencial atual é o maquinário super aperfeiçoado. No entanto, persistem características que nos remetem ao início do capitalismo, como as exorbitantes horas trabalhadas, os espaços precários, a competitividade pelas vagas, o excesso de cobrança de produtividade, a falta de vínculos efetivos de trabalho e os acidentes, cujos custos recaem sobre o próprio trabalhador.

Vamos abordar a concepção de Estado segundo os marxistas que compreendem o Estado como um instrumento de coerção e persuasão, um mecanismo que atende aos interesses da burguesia e à manutenção da hegemonia. Com a pressão exercida pela classe trabalhadora, o Estado atende a algumas de suas reivindicações (Ceolin, 2014). Isso diverge de outros autores que o definem como “civilizador”. Embora tais conquistas ocorram, não podem ultrapassar os interesses da classe dominante. As tendências históricas refletem mudanças que permeiam todas as esferas da realidade. Conforme Paula (2013, p. 62), “A definição de Estado é um processo contínuo e não uma verdade absoluta”. Isso levou Pereira (2008) a afirmar que o Estado, além de ser um conceito complexo, é um fenômeno histórico e relacional.

Como parte de um todo complexo, o Estado atua para legitimar os interesses do capital. Isso é reforçado por Idem (2013, p. 64), que afirma que o Estado protagoniza impulsos cíclicos voltados ao seu próprio desenvolvimento, em um ato de reciprocidade ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. À medida que as crises cíclicas inerentes a este modo de produção ocorrem, o Estado também se transforma, desregulando as conquistas da classe trabalhadora e promovendo uma distribuição cada vez mais desigual. Os modos de acumulação mudam e necessitam do aparato do Estado como regulador das relações sociais, econômicas e políticas.

2. 2 O MUNDO DO TRABALHO E O ESTADO NEOLIBERAL

As transformações no modo de produção capitalista decorrentes das crises cíclicas, tendem para o aperfeiçoamento em prol de benefícios para o capital e a partir delas são criadas formas para reestruturação e manutenção da ordem capitalista, com mais capacidade de acumulação.

O Estado neoliberal é um desses aparatos que o capital usa para alcançar seus objetivos. Com a crise do modelo de acumulação taylorista/fordista a partir da década de 1970 o Estado neoliberal surge como solução capitalista para lidar com o contexto, de acordo com Antunes, Fraga e Santana (2020, p.15 -16) o neoliberalismo se trata de um conjunto de elementos que modificaram as estruturas de produção, modo de acumulação e o uso do Estado sendo os seus indicativos como diretrizes a serem seguidas.

[...]receituário neoliberal: desregular, sobretudo, o setor financeiro, de forma a permitir a livre circulação de capitais internacionais; diminuir a participação estatal no mercado e nos rumos da economia e as verbas para políticas sociais, configurando-se em um “Estado mínimo”; flexibilizar os contratos de trabalho para reduzir os custos dos empresários; privatizar empresas estatais; limitar os gastos do Estado por meio da terceirização dos serviços e do corte de funcionários públicos; restringir o poder e a influência dos sindicatos; e criminalizar e reprimir os movimentos populares. (ANTUNES, FRAGA, SANTANA, 2020, p.15-16)

No Brasil os impactos da implementação do neoliberalismo foram ainda mais brutais do que a proposta vivenciada pelos países que efetivaram o *welfare state* haja vista o que o Estado brasileiro não chegou a implementar o Estado de Bem-estar Social e ainda vivenciava uma construção mínima de regulamentação trabalhista, logo o capitalismo se reestruturou em uma agenda neoliberal no sentido de regressão dos direitos dos trabalhadores, desregulando e precarizando as relações sociais.

A partir da implementação do neoliberalismo no Brasil, o país experienciou “a implantação de uma agenda neoliberal, que contou com o apoio do Estado e obteve ganhos ao

longo de todo o período, ainda que tenha avançado mais ou menos dependendo das concepções políticas e da agenda proposta pelos sucessivos governos.” (ANTUNES, FRAGA, SANTANA, 2020, p. 17).

Lole e Stampa (2020, p. 73) pontuam que com o avanço do neoliberalismo a agudização da questão social expressa nas contradições do aprofundamento da desigualdade social, são consequência das novas formas de organização e do gerenciamento da força de trabalho. A precarização nas relações de trabalho e o desemprego em massa assolam e reduzem as condições de vida da população, indicando não somente este fato como necessário para este debate, mas também a diminuição da intervenção do Estado e seus impactos nos serviços públicos ofertados. Afirmando ainda que “a radicalidade da questão social passa, agora, por nova configuração histórica, oriunda das mudanças na esfera do trabalho e da relação entre Estado e sociedade civil.” (LOLE, STAMPA, 2020, p. 73)

O Estado neoliberal tem em sua implementação o elemento do desemprego estrutural, fenômeno que desarticula os movimentos sociais e os sindicatos em busca de reivindicações de relações contratuais mais seguras, que lhe garantam o mínimo de seus direitos, pois com o processo de flexibilização, precarização dos processos de trabalho esses movimentos se fragmentam, implicando na submissão dos trabalhadores a condições ínfimas de trabalho, em um mercado incentivado pela produtividade e competitividade, atrelado a isso a agudização da questão social, torna-se um campo ideal para exploração em massa da classe trabalhadora “observa-se que esse quadro afeta, gravemente, as condições subjetivas dos trabalhadores e se reflete na fragilização dos laços sociais, rompendo com formas elementares de solidariedade social e de ação coletiva.” (LOLE, STAMPA, 2020, p. 74).

Nesse sentido o Serviço social enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, possui um campo vasto de discussão, não somente no que se relaciona com as demandas surgidas em sua atuação profissional, considerando que seu surgimento enquanto profissão está intrinsecamente vinculada a construções sociais e conjunturais da sociedade capitalista, mas também a partir do seu reconhecimento enquanto classe trabalhadora, igualmente impactada pelas modificações no mundo do trabalho.

2.3 SERVIÇO SOCIAL E AS MUDANÇAS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O Serviço Social em sua gênese conforme pondera Iamamoto (2007) é vinculada ao contexto histórico e social do século XIX, com a ascensão do capitalismo industrial e as implicações que esse processo vai ocasionar na sociedade, a saber as expressões da questão

social. A consolidação do modo de produção capitalista está diretamente ligada aos primórdios da profissão.

Durante o século XIX é perceptível as mudanças que estão ocorrendo no campo social, político e econômico sob a influência do avanço do capitalismo industrial. Esse período é marcado pelo massivo êxodo rural, gerando o aumento da urbanização nos grandes centros urbanos. Pode-se destacar que tal processo culminou no aumento da precarização de vida para a classe trabalhadora, onde eram submetidos a jornadas exaustivas de trabalho, com remuneração inadequada e sem acesso a equipamentos urbanos como: infraestrutura, saúde e educação.

Diante desse contexto de desigualdades e vulnerabilidades, desenvolvem-se ações de cunho filantrópico e de caridade visando diminuir os impactos das expressões da questão social. Cabe salientar que tais ações não conseguem amenizar o arranjo do processo em curso, pelo contrário aumenta-se a insatisfação da classe trabalhadora.

É diante de tal cenário que o “[...] Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social” (Yazbek, 2009, p. 6). Visando atender a tais demandas o Serviço Social se apresenta, influenciado pela Doutrina Social da igreja e o pensamento Neotomista, como uma profissão voltada à prática de assistência e manutenção do status quo. Com o passar do tempo, o Serviço Social passa pelo processo de profissionalização e institucionalização, ampliando seu referencial teórico e análise crítica a respeito das demandas sociais que se apresentam. A inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho representa para a profissão:

[...] as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento. Como mediação, neste processo, o Serviço Social vai se inserir, obtendo legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores, no âmbito das políticas socioassistenciais, desenvolvendo atividades e cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente e que, como assinalamos anteriormente, ultrapassam sua vontade e intencionalidade (YAZBEK, 2009, p. 11)

A partir dessa mudança no seio profissional outros direcionamentos são apreendidos, primeiro pelo fato do profissional também vender sua força de trabalho – predominantemente no setor público – e precisar atender as agendas das instituições, que nesse período visava silenciar a classe trabalhadora com alguns benefícios. Em contrapartida a lógica do capital, o Serviço Social vislumbrava a necessidade da transformação social.

Nos anos de 1960 a 1970, houve um grande movimento de crítica e renovação no Serviço Social, influenciado por movimentos de direitos civis, feministas etc. Dessa forma, buscou-se aumentar a ênfase na justiça social, na defesa dos direitos humanos e na abordagem crítica às estruturas de poder. O assistente social precisa articular as dimensões ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativo conforme preconiza o Código de Ética, visando subsidiar a análise profissional crítica, com o intuito de viabilizar o acesso a políticas, programas e projetos sociais.

2.4 NOVA LÓGICA QUE OS ASSISTENTES SOCIAIS ESTÃO SUBMETIDOS

Diante do exposto nos tópicos anteriores, podemos nos localizar na situação atual em que os profissionais de Serviço Social estão inseridos como vendedores de sua força de trabalho no ideário neoliberal que tem às três frentes flexibilização, desregulamentação e privatização como norteadoras (Santos, 2020). O setor público como o principal empregador da categoria incorporou a forma de gestão empresarial que inclui metas, vínculos de trabalho fragilizados com formas de contratação terceirizadas e até quarteirizadas, cobrança de um profissional polivalente que tenha habilidades além daquelas designadas pela lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993, espaços de trabalho altamente sucateados, pois as políticas públicas sociais também foram enxugadas ao seu máximo, sendo tratadas como segundo plano exemplo Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016 (Cfess, 2022).

A partir do contexto apresentado, torna-se necessário analisar as consequências desse processo para os profissionais de Serviço Social e os usuários da política pública social. Segundo Raichelis (2010), a terceirização altera o direcionamento do trabalho dos técnicos no âmbito das políticas públicas. Anteriormente, a relação da população ocorria por intermédio das entidades representativas e da gestão governamental, mas houve a transição para empresas e organizações privadas. Diante desse cenário, nota-se uma regressão no campo da garantia de direitos, o que gera “descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários e descrédito da população em relação às ações públicas” (Raichelis, 2010, p. 759).

No âmbito profissional, Raichelis (2010) reitera a fragilidade dos vínculos de trabalho, resultando em baixas remunerações, ausência de perspectivas de crescimento profissional e aumento de demandas. Dessa forma, fica evidente que as mudanças no processo de trabalho causam grandes impactos na profissão de Serviço Social, gerando entraves na práxis e implicando diretamente na viabilização do acesso ao usuário da política social. Os entraves perpassam nos ambientes de trabalhos, nas políticas em que os usuários serão inseridos tendo em

vista a seletividade destas, principalmente de redistribuição de renda, longos períodos de espera para acessar ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, a demora para acesso a serviço do Sistema Único de Saúde, extrema seletividade nos requisitos para acesso ao programa de habitação e diversas situações ocasionadas por esse cenário. No que tange às problemáticas enfrentadas pelos assistentes sociais, pode-se citar as instabilidades empregatícias, baixas remunerações, vários vínculos de trabalho fragilizados, acúmulo de funções, rotatividade, exigências de produtividade (atendimentos) e outros que impactam a qualidade do serviço ofertado e que vão de contrapartida com o previsto no código de ética da profissão.

3 CONCLUSÃO

Dessa forma a partir das delimitações sócio-históricas das modificações no mundo do trabalho é possível observar a precarização nas relações de trabalho, evidenciadas no cotidiano da classe trabalhadora que mediante a desarticulação dos seus pleitos de reivindicação, sendo levada por meio da lógica implementada pelo sistema capitalista a aceitar as condições estabelecidas na venda da sua força de trabalho, considerando a agudização da questão social e o viés ideológico implementado pelo neoliberalismo que fortalece nas massas o pensamento de submissão ao sistema como única forma de sobrevivência.

No contexto do Serviço Social em específico, discutir as novas lógicas que os assistentes sociais estão inseridos é fundamental. A profissão que tem como dimensões basilares os fundamentos teórico metodológico, ético político e técnico operativo se chocam com a lógica implantada fornecendo ao assistente social a possibilidade de construção de pensamentos críticos sobre suas condições de trabalho, sendo possível compreender a intencionalidade do espaço que ocupa e a necessidade de se aprimorar suas intervenções em busca da construção de uma práxis social.

O avanço desenfreado do neoliberalismo no Brasil impacta diretamente os assistentes sociais, em suas competências e atribuições frente a particularidade da profissão de lidar com as expressões da questão social, que o vincula diretamente a desregulamentação dos serviços públicos que garantem o direito dos usuários, mas para além, seu campo de trabalho também sofre impactos, sem possibilitar condições para o exercício profissional de qualidade e competente em consonância com o código de ética do assistente social do serviço social e a Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão.

Com o contexto imposto são as relações sociais fragilizadas, campos de trabalho precarizados, flexibilização das relações por meio de contratações temporárias, as/os assistentes

sociais que a priori eram contratados pelo Estado como servidores públicos, passam a ser contratados mediante a vínculos fragilizados que dificultam a movimentação do assistente social em prol da construção da práxis social, pois o trabalho do(a) profissional passa a ser regulado pelas fragilidades que este está empregado, envolvendo o aspecto pessoal de sua vida e suas necessidades de sobrevivência enquanto parte da sociedade e da classe trabalhadora, estamos vivenciando um processo de transição em que a lei ainda garante os cargos públicos mas estes estão mediante a constantes ameaças. Assim, entendemos como caminho a ser adotado pelos profissionais o exercício da sua autonomia relativa para criar mecanismos estratégicos para lidar com as complexidades que o novo modo de acumulação se projeta, exigindo da categoria a necessidade do avanço na luta coletiva, sendo por melhores condições de trabalho ou/e qualidade do atendimento prestado como finalidade viabilizar os direitos fundamentais dos usuários.

Como estudantes de Serviço Social foi possível observar o cenário pelo campo teórico metodológico e de realidade social evidenciada nos campos de atuação profissional, sendo esclarecida a necessidade de profissionais cada vez mais críticos que consigam mesmo passando pelo processo, observar suas nuances e múltiplas determinações sociais impostas na dinâmica social, pois somente assim é possível desvelar a realidade social e construir propostas que possam nos direcionar a construção real de uma nova ordem societária, buscando os princípios fundamentais da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R; FRAGA, A. B; SANTANA, M. A. **Forças sociais do trabalho e a nova desertificação neoliberal no Brasil. Trabalho, regressão de direitos e serviço social**. in STAMPA, I ... [et al.] (org). Trabalho, regressão de direitos e serviço social. – 1.ed. – rio de janeiro : mórula, 2020. p.15-42.

CFESS. Perfil de assistentes sociais no brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília. 2022.

CFESS. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília, 2012.

CEOLIN, G. F. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. Serviço Social & Sociedade** [online]. 2014, n. 118. pp. 239-264.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo:Cortez, 2021.

LOLE, A; STAMPA, I. **Trabalho, precarização social e movimento organizado de trabalhadores em tempos de intensificação do neoliberalismo.** in STAMPA, I ... [et al.] (org). Trabalho, regressão de direitos e serviço social. – 1.ed. – rio de janeiro : mórula, 2020. p. 71-100.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social v. 1)

PAULA, R. F. S. **Serviço Social, Estado e Desenvolvimento Capitalista: (im)possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional.** Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Programas de Estudos Pós-graduado em Serviço Social. 420 p. 2013.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**, p.750-772, 2010.

SANTOS, V. M. DOS .. Transformações societárias: repercussões no serviço social. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 1, p. 53–62, jan. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: ABEPSS, CFESS (Coord.) **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009, p. 125-142.